



PODER JUDICIÁRIO
1ª. VARA EMPRESARIAL DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
DA COMARCA DA CAPITAL

PROCESSO N. 2001.001.121653-1
REQUERENTE: EDUARDO MENDONÇA

Falência de
CASA MAYRINK VEIGA S/A

SENTENÇA

Vistos, etc.

Com base no art. 1º, caput, da Lei de Falências que **EDUARDO MENDONÇA** requer seja decretada a falência de **CASA MAYRINK VEIGA S/A.**, tendo como fundamento crédito trabalhista oriundo de sentença judicial transitada em julgado, com requerimento de gratuidade judiciária.

Veio a inicial de fls. 02/03 instruída com os documentos de fls. 04/20.

Devidamente citada (fls. 30v), a requerida apresentou sua resposta às fls. 31/32, juntando os documentos de fls. 34/52, alegando litigância de má-fé, tendo em vista que nomeou bens a penhora no processo n. 0376/99 que tramita na 61ª. Vara do Trabalho, cabendo ao requerente promover a respectiva execução dos bens já garantidos, requerendo, dessa forma, improcedência do pedido.

Réplica às fls. 54/55, com os documentos de fls. 56/65.

O *parquet* ofereceu seu parecer às fls. 69, opinando pela decretação da falência.


Marcel L. Duque Estrada
Juiz de Direito



RELATADO. PASSO A DECIDIR.

Diante dos títulos impagos, apresentados às fls. 07/20, resta evidenciada a impontualidade, ex vi do art. 1º. do Decreto-lei n. 7.661/45.

A defesa de fls. 31/52 não demonstra a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 4º. da Lei de Quebras, valendo lembrar que, diante da perfeição formal do título apresentado pelo autor, restava à requerida comprovar que pagou sua dívida ou depositou o respectivo valor para fins de elisão. E isso a toda evidência o devedor não fez.

Ressalte-se, como bem asseverou o M.P., que "a certidão de fls. 07 informa que os bens nomeados à penhora são insuficientes a garantir o juízo trabalhista. Ademais, cabe salientar que inexistente obrigatoriedade de esgotamento da instância laboral para a propositura da ação falimentar".

Impõe-se pois a decretação da bancarrota.

ISTO POSTO, DECRETO hoje, às 17:45 horas, a falência de **CASA MAYRINK VEIGA S/A**, sociedade anônima, com sede à Mayrink Veiga, n. 17/21, Praça Mauá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.035.437/0001-10, cujos administradores são: Diretor-Presidente **ANTONIO ALFREDO RIBEIRO MAYRINK VEIGA**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade n.1006747, inscrito no CPF sob o n. 033.656.537-72, residente na Avenida Rui Barbosa, 870 – 5º. andar e Vice-Presidente **ANTENOR MAYRINK VEIGA**, casado, industrial, residente na Avenida Rui Barbosa, n. 480/201, portador da carteira de identidade n. 3.374.803 e inscrito no CPF sob o n. 375.683.377-15.

Fixo o termo legal da falência no sexagésimo dia útil anterior ao primeiro protesto por falta de pagamento.

Nomeio síndico dativo o 1º Liquidante Judicial. Lavre-se o termo de compromisso.

Marcel L. Duque Estrada
Juiz de Direito

75
3
MARCA DA QUALIDADE
TOMADA EMPREHENSÃO DE

Os credores poderão apresentar seus créditos em 20 dias, contados da publicação do primeiro edital com desta decisão no Diário Oficial.

Determino que o representante da Falida preste as declarações do artigo 34 da Lei de Falências em 48 (quarenta e oito) horas.

Os créditos habilitados serão pagos, em primeiro rateio, com juros e correção monetária, com base no IPC (artigo 27 da Lei 9069), calculados até a data da quebra e, se o ativo da Massa comportar, em segundo rateio, estender-se-ão, nesta hipótese, a correção monetária e os juros até o efetivo pagamento do crédito.

Proceda-se ao lacre dos estabelecimentos comerciais da falida.

Oficie-se à Receita Federal, solicitando as 3 últimas declarações de bens da Falida. Cumpra o Sr. Escrivão o que determinam os artigos 15 e 16 da Lei de Falências e artigo 254 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça/RJ, bem como seja oficiado o Exmº Sr. Juiz Corregedor do TRT da 1ª Região para que informe se existem ações trabalhistas contra a Falida.

P. R. I.

Dê-se ciência pessoal à Curadoria de Massas Falidas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2002

Marcel Laguna Duque Estrada
Juiz de Direito

Marcel Laguna Duque Estrada
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Recebi estes autos do () Liquidante Judicial
() Ministério Público () Contador Judicial
() M.M. Dr. Juiz

Rio, 13/05/02